



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS
Praça Tiradentes, nº 650, Centro, Agudos/SP, CEP 17120-011

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AGUDOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 881/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de terceirização de mão de obra para as funções de motorista, zelador e recepcionistas

Resposta à Impugnação

Aos Ilustres Membros da Comissão de Contratação do Município de Agudos, em atenção à impugnação apresentada pela empresa MG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – ME, CNPJ/MF nº 46.887.173/0001-74, em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 023/2025, referente ao processo licitatório nº 881/2025, vem a presente comissão manifestar-se da seguinte forma:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, destaca-se que a impugnação foi protocolada dentro do prazo previsto no artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, razão pela qual é tempestiva e será analisada no mérito.

II – DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

Após análise detalhada da impugnação apresentada, a Comissão de Licitação do Município de Agudos considera os seguintes pontos:

Da contradição entre o objeto e a habilitação técnica

Em relação à alegada contradição entre o objeto da licitação e os atestados de capacidade técnica exigidos no edital, esclarecemos que os requisitos estabelecidos para a qualificação técnica visam garantir a experiência mínima necessária para a execução dos serviços, considerando as atividades que envolvem a prestação de serviços de motorista, zelador e recepcionistas. A



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS
Praça Tiradentes, nº 650, Centro, Agudos/SP, CEP 17120-011

exigência de atestados de serviços que comprovem a experiência da empresa em atividades correlatas à função desempenhada é compatível com a legislação vigente e com o objeto da licitação, sendo dispensável a restrição a uma área específica, como sugerido na impugnação.

Da incoerência nos prazos

Em relação à alegada divergência entre a data da “sessão pública” e o “início do cadastramento das propostas”, informamos que o edital estabelece as datas de forma clara e em conformidade com os prazos legais estipulados pela Lei nº 14.133/2021. Não há que se falar em violação ao princípio da publicidade, pois as datas foram fixadas de maneira transparente e previamente informadas a todos os licitantes.

Da falta de clareza nos quantitativos

Em relação à crítica acerca da expressão "sem posto fixo", informamos que o termo de referência é suficientemente claro ao delinear as condições para a execução dos serviços, levando em conta a natureza das atividades. A locação dos postos de trabalho pode variar conforme a necessidade da Administração, e essa flexibilidade é necessária para atender às demandas da Prefeitura de Agudos de forma eficiente.

Da ausência de memória de cálculo nos valores estimados

Em relação aos valores apresentados no edital para as funções de motorista e recepcionista, esclarecemos que estes valores foram baseados em levantamento de mercado, conforme orientações do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e refletem as condições do mercado local. A Comissão entende que os valores estão adequadamente dimensionados para garantir a qualidade dos serviços e a viabilidade da contratação, sendo que a não apresentação de uma planilha detalhada de cálculo não compromete a transparência ou a legalidade do certame.

Das cláusulas que afrontam a isonomia

A Comissão considera que as exigências para microempresas e empresas de pequeno porte estão de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, a qual visa assegurar tratamento diferenciado e favorecido a esses tipos de empresa. Não há que se falar em afronta à competitividade ou isonomia, pois as condições estabelecidas no edital são compatíveis com as disposições legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS
Praça Tiradentes, nº 650, Centro, Agudos/SP, CEP 17120-011

III – DA MANUTENÇÃO DO EDITAL

Após a análise das alegações e dos documentos apresentados, a Comissão de Licitação do Município de Agudos conclui que o Edital do Pregão Eletrônico nº 023/2025 está em conformidade com a legislação vigente, especialmente com a Lei nº 14.133/2021, e não apresenta as ilegalidades e vícios apontados pela impugnante. As exigências estabelecidas visam garantir a competitividade, a transparência e a seleção da proposta mais vantajosa para o Município.

Dessa forma, considerando o exposto, **NEGA-SE PROVIMENTO** à impugnação, mantendo-se as condições estabelecidas no edital, sem alterações.

IV – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, esta Comissão reitera a regularidade do processo licitatório e o cumprimento das disposições legais e regulamentares pertinentes. A decisão de manutenção do edital visa assegurar que o certame transcorra de forma segura, legal e transparente, atendendo aos melhores interesses da Administração Pública e ao interesse público.

Agudos/SP, 08 de outubro de 2025.

ANA PAULA ALVES
Pregoeira